

ASSESSORIA JURÍDICA ÀS EMPRESAS

# Investir em tecnologia é pouco para melhorar a justiça económica

**Meios digitais para acelerar a justiça económica são vistos de forma positiva, mas não bastam. Recursos humanos especializados ou melhores leis são também precisos, dizem advogados ligados à assessoria jurídica a empresas.**

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

**P**ara melhorar a justiça económica e o ambiente de negócios, o Governo inscreveu no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) 267 milhões de euros. O propósito, avançou o Executivo, é reduzir a morosidade dos processos judiciais nas áreas das execuções e das insolvências e nos tribunais administrativos e fiscais. A ideia é positiva, mas limitada, criticam os advogados ouvidos pelo Negócios e que habitualmente dão apoio jurídico a empresas. Porquê? Porque a proposta que esteve em consulta pública até ao início desta semana apenas fala de investimentos em plataformas digitais e equipamentos informáticos.

“O PRR prepara-se para deitar 267 milhões de euros sobre o sistema de justiça, criando plataformas digitais nos tribunais e nos meios de resolução alternativas de litígios, que servirão os juízes, o Ministério Público e os advogados. Tudo isto é interessante, mas parece ter o foco errado”, entende Nuno Líbano Monteiro. Para este sócio da firma de advogados PLMJ, a justiça precisa de uma alteração de raiz.

“Tem de deixar de ser a justiça dos operadores para passar a ser a justiça dos seus utilizadores”, frisa Líbano Monteiro, para adiantar que “deve continuar a ser soberana independente - como hoje, sem dúvida, é -, mas tem de ser exercida a pensar em quem a ‘consome’ e não exclusivamente naqueles que a operam”.

Para Nuno Salazar Casanova, sócio de Contencioso da Uría Menéndez-Proença de Carvalho, as



Plano de Recuperação e Resiliência, cuja consulta pública terminou esta semana, contempla medidas para o setor da Justiça.

medidas previstas no PRR “carecem de ser concretizadas, mas parecem concentrar-se essencialmente no desenvolvimento de plataformas digitais e no reforço das infraestruturas e equipamentos informáticos”. Em sua opinião, o re-

**Plano contempla 267 milhões de euros para melhorar justiça económica e o ambiente de negócios.**

forço destes meios “será útil para reduzir a morosidade processual”. Mas, como adianta, “no essencial não será isso que resolverá o problema das pendências e excessiva morosidade dos processos”.

Contudo, diz o sócio da SRS José Jácome, “não se sabe em que consistirão as plataformas digitais a introduzir, pelo que nada de concreto se pode dizer sobre o assunto”. Mais, sublinha, “a resolução do problema dos “estrangulamentos que subsistem” depende sobretudo da simplificação processual. Até porque, entende Jácome, “os Códigos de Processos dos Tribunais Administrativos e do Tributário que temos são péssimos e dão azo a perdas de

tempo inacreditáveis com questões processuais, sendo até relativamente raras as decisões sobre o fundo das causas”.

Francisco Patrício, sócio da Abreu Advogados, vê com bons olhos as medidas desenhadas, sobretudo quando se sabe, como refere a título de exemplo, “um processo de insolvência, em média, de acordo com o próprio PRR, tem uma duração superior cinco anos, sendo que as execuções, apesar de atualmente serem em menor número, são também processos muito demorados”.

Para Francisco Patrício, “estes atrasos na justiça são incompatíveis e até inexplicáveis, para um investidor estrangeiro que preten-

João Miguel Rodrigues

# Apoio técnico a juízes e simplificar processos devem ser apostas

da instalar a sua atividade em Portugal". Até por isso, embora considere que há a preocupação de colocar o desenvolvimento tecnológico ao serviço da justiça, também afirma que este tipo de medidas, sozinhas, não funcionam. "Em paralelo, deve-se também investir no reforço de meios humanos (e na respetiva formação), ao serviço dos quais estes novos mecanismos e plataformas se encontram", sublinha o sócio da Abreu.

"As medidas em causa, nomeadamente aquelas que visam incrementar a eficiência e eficácia do sistema judicial, especialmente as relacionadas com as competências humanas, organizacionais e tecnológicas da administração pública, são bem-vindas, pelo menos do ponto de vista das suas intenções", evidencia por seu turno Nuno Gundar da Cruz, advogado da Morais Leitão. "Coisa diferente", adianta, "é saber se serão suficientes para modificar o estado atual da justiça, o qual, infelizmente, não contribui para a criação de um ambiente de negócios favorável, que nos permita ser tão competitivos como outros concorrentes, europeus e de outras latitudes". ■

**O foco colocado nos meios informáticos é considerado insuficiente por quem dá apoio jurídico a empresas.**

Que medidas podem melhorar o funcionamento da justiça económica? Reforçar os meios humanos dos tribunais, simplificar códigos de processos ou aumentar as competências dos tribunais especializados em litígios comerciais são propostas que ficam.

Bruno Santiago, fiscalista e sócio da Morais Leitão, entende que, em particular, ao nível da justiça administrativa e fiscal, "impõe-se uma redução dramática do número de pendências, sobretudo, nos tribunais de primeira instância e isso, em seu entender, "só se consegue decisivamente com um investimento sério em recursos humanos, seja através

do aumento do número de juízes de modo a conseguir realizar-se um maior número de julgamentos e [...] de decisões, seja mediante o aumento do número de auxiliares que permitam libertar mais os juízes para as tarefas que só a eles competem".

É aliás esse o caminho que defende Nuno Salazar Casanova, sócio de contencioso da Uría-Menéndez, ainda que com algumas ressalvas, quando diz que é preciso garantir à justiça os meios humanos necessários, o que não implica, a ser ver, "necessariamente por mais juízes, mas antes por criar um corpo técnico de apoio aos tribunais, designada-

mente assessores e peritos".

Já Nuno Libano Monteiro, sénior partner da área de resolução de litígios da PLMJ, defende, nomeadamente, um "aumento das competências dos tribunais de comércio, passando para estes toda a justiça que se refira a litígios comerciais", mas também a realização de "todas as audiências eminentemente processuais por via telemática e fixar no início do processo os termos e os tempos da produção de prova".

A "simplificação dos Códigos de processo, com eliminação dos processos especiais"; a "obrigatoriedade efetiva de proferir decisões quanto ao fundo das causas

em prazos máximos razoáveis"; e, nas insolvências reduzir a intervenção dos juízes aos casos em que há divergências entre os interessados", são propostas do sócio da SRS José Jácome.

Insistindo na tónica dos recursos humanos, Francisco Patrício, sócio da Abreu Advogados, lembra que, por comparação com sistemas como o anglo-saxónico, em Portugal, "continua a haver poucos tribunais especializados e quando o são, são poucos os magistrados (e auxiliares) o que aumenta a pendência judicial na mão de cada um e por conseguinte precipita comportáveis e incompreensíveis atrasos". ■



**Deve-se também investir no reforço de meios humanos ao serviço dos quais, estes novos mecanismos se encontram.**



**A resolução do problema dos 'estrangulamentos que subsistem' depende sobretudo da simplificação processual.**



**No essencial não será isso [equipamentos informáticos] que resolverá o problema das pendências e excessiva morosidade dos processos.**



**A justiça precisa de uma alteração de raiz. Tem de deixar ser a justiça dos operadores, para passar a ser dos seus utilizadores.**



**FRANCISCO PATRÍCIO**  
Sócio da Abreu Advogados



**JOSÉ JÁCOME**  
Sócio da SRS Advogados



**NUNO S. CASANOVA**  
Sócio da Uría Menéndez



**NUNO LÍBANO MONTEIRO**  
Sócio sénior da PLMJ

# negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 4 de março de 2021 | Diário | Ano XVI | N.º 4444 | € 2,70  
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**



**Porque disparou o crédito à habitação em ano de crise**  
Pandemia mudou perfil e objetivos de quem compra casa  
PRIMEIRA LINHA 4 a 7

gettyimages

## Um terço dos hotéis não sabe se vai abrir

Início do processo de vacinação não teve o impacto esperado sobre as reservas. Setor só espera regressar aos níveis anteriores à covid-19 em 2023. EMPRESAS 16 e 17

Augusto Santos Silva contra protecionismo comercial na Europa



Ministro dos Negócios Estrangeiros defende abertura ao exterior.

OPINIÃO 24

Digitalização não chega para melhorar justiça económica

LEX 12 a 15

## Cinto orçamental da UE aperta em 2023 e é para todos

ECONOMIA 8 e 9

## EDP Renováveis “regressa” a 2008 com 25% do capital disperso em bolsa

Investidores pagaram 1,5 mil milhões por 9,2% da empresa.

MERCADOS 20 e 21

### Aviação

## Novo CEO da TAP deve chegar antes de AG de abril

ÚLTIMA

### Trabalho

## Emprego teve destruição histórica em janeiro

ECONOMIA 10

### Automóvel

## Injex acelera em Famalicão com símbolos das marcas

EMPRESAS 18

Publicidade

**idealista**

O portal imobiliário líder em Portugal